



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

**ATA DA 65ª (SEXAGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA, da gestão 2016/2018 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 13 (TREZE) DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE).**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, no Plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, foi realizada a 65ª Sessão Plenária, sob a Presidência do Dr. Tércio Lins e Silva, compondo a mesa o Secretário Geral Dr. Jacksohn Grossman e o secretário Doutor Antônio Laért Vieira Júnior a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada. Aberta a Sessão o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e comunicou que o IAB tem um aplicativo que permite que as pessoas acompanhem às sessões de qualquer lugar do mundo; informou que a sessão está sendo transmitida ao vivo pelos canais de transmissão via internet bastando baixar o aplicativo do IAB. O Senhor Presidente comunicou que o Dr. José Roberto Batoquio, orador oficial da Casa, fez manifestação na Conferência Nacional da OAB em São Paulo, sobre a negação da CRFB por uma legislação ordinária que não a respeita, criticando "a complacência do Supremo em relação à flexibilização das cláusulas pétreas e a deformação da Constituição Federal". E falando como presidente da instituição jurídica mais antiga das Américas, que há 174 anos atua em defesa do estado de direito democrático, não poderia deixar de manifestar o meu repúdio, durante a XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, à circunstância mais inibitória e humilhante para um advogado, que é não poder falar pessoal e reservadamente com seu cliente encarcerado. Aprovado por aclamação pela advocacia, o manifesto pela quebra das vidraças dos parlatórios dos presídios foi lançado duas

1



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

semanas. Hoje se completam 49 anos de uma das páginas mais tristes da história do País. No dia 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar editou o Ato Institucional nº 5, que suspendeu o habeas corpus para os acusados de crimes políticos, cassou três ministros da Suprema Corte, fechou o Congresso Nacional, endureceu a legislação penal, suprimiu as garantias individuais e impôs a censura à imprensa. Jamais imaginei que aqueles tempos sombrios pudessem ser revividos. Mas, infelizmente, hoje vemos graves ameaças aos direitos fundamentais e, especialmente, ao livre exercício da advocacia. Decisões judiciais, numa violência inominável que remonta ao período autoritário, têm autorizado a instalação de escutas ambientais nos escritórios, em desprezo às prerrogativas da profissão; a execução provisória da pena de prisão antes do trânsito em julgado da sentença, em desrespeito ao princípio da presunção da inocência. Tudo isso merece reflexão, vigilância e prontidão. Dando continuidade à pauta o Senhor Presidente chama para tomar posse como membro efetivo o Dr. José Antonio Gomes Pinheiro Machado, tendo como seu proponente o Dr. Tércio Lins e Silva. Ao dar posse ao Dr. José Antonio Pinheiro Machado, o presidente que é seu proponente afirmou: "Hoje, quando o autor de uma vasta obra literária dedicada à defesa da liberdade ingressa no IAB, fazem 49 anos que a ditadura militar, numa página triste da nossa história, editou o Ato Institucional nº 5, que suspendeu o habeas corpus, fechou o Congresso Nacional e suprimiu as garantias individuais". O Presidente Tércio Lins e Silva disse: "É meu dever fazer e insistir neste registro, pois jamais imaginei que aqueles tempos sombrios pudessem ser revividos, mas, infelizmente, hoje vemos graves ameaças ao estado de direito democrático, como também ao livre exercício da advocacia". Em sua saudação, José Antonio Pinheiro Machado falou da "honra" de ingressar no IAB e disse que a sua condição de escritor



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240.3921/2240.3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

"inspira as de advogado e jornalista, na busca da perfeição do emprego das palavras no momento de redigir petições, reportagens e roteiros de TV". Compareceram à posse o seu irmão Ivan Pinheiro Machado e Paulo de Almeida Lima, sócios da L&PM, editora que publica os livros do novo consócio e ganhou projeção nacional ao lançar obras de outros grandes autores, como Millôr Fernandes e Moacyr Scliar. (anexo a íntegra o discurso de posse de José Antônio Pinheiro). O Presidente Técio Lins e Silva convida para tomar posse como membro efetivo o Dr. Lauro de Oliveira Vianna, sendo proponente o Dr. Adilson Rodrigues Pires. Na ausência justificada de seu proponente o Dr. Lauro de Oliveira Vianna foi saudado pela Dra. Thais Boia Marçal. Em sua primeira manifestação, o novo consócio Dr. Lauro de Oliveira Vianna falou que espera contribuir com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Direito Financeiro e Tributário "nesses tempos tão difíceis enfrentados pelo País". O Presidente chama para tomar Posse a Dra. Karine Ferreira de Moura, proposta pela Dra. Maria Margarida Ellenbogen Pressburger. Da tribuna a nova consócia, que fará parte das comissões de Direitos Humanos e da Mulher, disse da sua alegria de ingressar na Casa de Montezuma, referência e relevância na cultura nacional, enfatizando que "diante de tantos retrocessos que temos visto, é motivo de orgulho fazer parte deste coletivo de advogados que se posiciona contra a redução das garantias individuais". Passando a Ordem do dia, a primeira indicação nº 032/2017, sobre Propostas de Emendas Constitucionais nº 35/2015 e 44/2012, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Cristovam Buarque, respectivamente, que "Alteram o art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal". RELATORES: Dr. Alexandre Brandão Martins Ferreira e Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, da Comissão de Direito Constitucional. Pelo tempo



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

regulamentar, em seu parecer que é favorável ao mandato de 10 anos para os ministros do Supremo Tribunal Federal. A PEC altera a forma de escolha dos ministros, que permaneceria sendo prerrogativa do presidente da República, mas a partir de lista tríplice. Esse ponto da proposta foi rejeitado pelo IAB, que defende a manutenção da livre nomeação pelo chefe do Executivo. De acordo com o relator Dr. Emerson Affonso da Costa de Moura, "a fixação de mandatos para ministros do STF atende ao princípio republicano, que impõe delimitação de tempo para o exercício dos cargos públicos, e ao princípio democrático, ao permitir a representatividade, conforme as alternâncias políticas na chefia do Poder Executivo". Para fortalecer seu argumento, ele citou exemplos de outros países. Segundo o relator, no Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, os mandatos são de 12 anos, enquanto na Corte Constitucional da Itália e no Tribunal Constitucional de Portugal a permanência dos magistrados é limitada a nove anos. "A experiência constitucional comparada, especialmente, com as cortes constitucionais tidas como referências mundiais, demonstra a importância do mandato", ressaltou. Lista tríplice - De acordo com a PEC 25/2015, o presidente da República passaria a escolher os ministros a partir de lista tríplice elaborada por um colegiado formado pelos presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal de Contas da União; pelo procurador-geral da República; e pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Pela proposta do senador Lasier Martins, a nomeação do escolhido permaneceria após a sabatina e aprovação no Senado. O relator em seu parecer discordou dessa alteração. "A lista tríplice esvaziaria uma atribuição que é historicamente do presidente da República", disse Emerson Affonso da Costa de Moura. Segundo ele, "as

4



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

propostas que visam limitar as ações do STF se devem ao enorme ativismo judicial por parte da Corte Suprema nos tempos atuais". O Presidente deu a palavra ao Dr. Carlos Jorge Sampaio que manifestou discordar do parecer disse que Thomas Becket, arcebispo nomeado pelo rei que depois, nessa condição, se opôs ao Rei exerceu essa atribuição vitaliciamente. Nos EUA, é até a morte. No Brasil até os 75 anos. Pediu a palavra o Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna, que pronunciou favorável ao parecer. O parecer foi aprovado com o voto contrário do Dr. Carlos Jorge Sampaio Costa. Segunda indicação nº 071/2016, de autoria do Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna, sobre "6 (seis) Decretos Estaduais e 22 Projetos de Lei oriundos do Poder Executivo, objetivando Medidas de Ajuste Econômico no Estado do Rio de Janeiro. Análise da Constitucionalidade e Mérito, Conveniência, Interesse Público e Social". RELATOR: Dr. Emerson Affonso da Costa Moura, da Comissão de Direito Constitucional e da Comissão de Direito Financeiro e Tributário. O Presidente chama o relator para que da tribuna sustentasse seu parecer. A conclusão do parecer é pelo arquivamento dos apontados projetos de leis que diz: "Diante do exposto, vislumbra-se as seguintes inconstitucionalidades: a) os decretos estaduais nº 45.806 e 45.807 e os projetos de Lei nº 2.246 e 2.244 ao princípio da vedação ao retrocesso por extinção sem substituição de políticas públicas para direitos sociais; b) o decreto estadual nº 45.810 viola o princípio da segurança jurídica e ao ato jurídico perfeito com a exigência de depósito para o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal para as isenções já realizadas; c) Os decretos estaduais nº 45.806 e 45.809 violam o princípio da irredutibilidade de vencimentos com a redução das gratificações; d) os projetos de lei nº 2.240, 2.241 e 2.242 violam o princípio da vedação ao confisco e a isonomia com a majoração imediata da contribuição dos servidores públicos exceto



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

certos grupos e com a ampliação excessiva das alíquotas de ICMS. O Dr. Alexandre da Cunha Ribeiro pediu a palavra para se manifestar sobre o parecer em questão de ordem justificando que o parecer está atualizado com o que restou de PLS e decretos sem perda de objeto. Colocado em votação, o parecer foi aprovado. O Senhor Presidente comunica ter duas propostas de membros efetivos para serem votadas: 1) Proposto Dra. Fernanda Maibon Sauer, proponente Drs. João Guilherme Sauer e Hermano de Villemor Amaral Filho. 2) Proposto Dr. Marcos Luiz Oliveira de Souza, proponente Drs. Carlos Roberto Schlesinger e Fernando Máximo de Almeida Pizarro Drummond. As propostas foram aprovadas. No Expediente o Senhor Presidente fez a leitura das seguintes propostas: 1) Proposto Dr. Luiz Viana Queiroz, proponente Dr. Tércio Lins e Silva; 2) Proposto Dr. Osvaldo Sirota Totbande, proponente Dra. Rita de Cássia Sant'Anna Cortez e 3) proposto Dra. Alessandra Balestieri, proponentes Drs. João Guilherme Sauer e Daniel Blume Pereira de Almeida. Todas as propostas foram lidas e serão votadas na próxima sessão. O Senhor Presidente dá a palavra ao consócio Dr. Manoel Messias Peixinho, que apresentou dois exemplares de livros doados por ele a Biblioteca do IAB com os temas "Metodologia da Pesquisa Jurídica" e "Debates sobre Direitos Humanos Fundamentais". Na lista de oradores o primeiro a se manifestar foi o Dr. Paulo Horn, que fez doação para biblioteca do livro "Teoria das Probabilidades no Jogo, na Ciência e nas Políticas Públicas". Projeto Editorial e Organização de Luiz Carlos Prestes Filho. E fez proposta de indicação sobre "Decreto-Lei nº 204/67, marco Regulatório dos jogos no Brasil". Colocado em votação a proposta foi aprovada e encaminhada à Comissão Especial de Regulamentação de Jogos e Entretenimento. Passou a palavra ao Dr. Carlos Roberto Schlesinger, que se manifestou sobre o aniversário da declaração universal dos Direitos Humanos que completará



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080*

*Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173*

*www.iabnacional.org.br*

*iab@iabnacional.org.br*

70 anos no próximo ano. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente às 20:00 horas e 25 minutos, deu por encerrada a Sessão, da qual eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

**Tércio Lins e Silva**  
(Presidente)

**Antônio Laert Vieira Júnior**  
(Secretário dos Trabalhos)